

# Brasil

## Brasil importa R\$ 4,4 bi em manufaturado fora de norma

**Marta Watanabe**  
De São Paulo

O Brasil importou no ano passado cerca de R\$ 4,4 bilhões em produtos manufaturados que não atendem às normas e regulamentos técnicos brasileiros. O cálculo é da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Desse total de importados, R\$ 3,5 bilhões referem-se à importação de manufaturados para os quais não há fiscalização sistemática de cumprimento das normas e regulamentos. Dentro desse grupo, produtos eletroeletrônicos e de uso doméstico estão com maior índice de não conformidade, de 85% e de 84%, respectivamente (ver quadro). O levantamento foi feito com base em dados do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), o órgão responsável pela avaliação da conformidade. Os resultados se referem a fiscalizações feitas entre 1995 e 2011.

O problema, diz José Ricardo Roriz Coelho, diretor de competitividade da Fiesp, é que os fabricantes brasileiros são obrigados a seguir as normas, o que traz custos adicionais à indústria nacional em relação ao importado. A fiscalização para o cumprimento de normas e regulamentos pelas indústrias brasileiras, argumenta Roriz, é feita por meio de amostras dos produtos coletadas na fá-

brica. A fábrica, inclusive, diz ele, tem seu processo de produção auditado. “Enquanto isso, o produto importado é analisado somente quando já foi distribuído e colocado à venda.”

O estudo leva em consideração os produtos para os quais há a chamada certificação compulsória, quando existe fiscalização de conformidade sistemática pelo Inmetro, e os produtos para os quais a averiguação é mais pontual, por causa de denúncias ou reclamações, por exemplo. Em alguns casos, a fiscalização é feita por entidades credenciadas pelo Inmetro. O levantamento considera tanto o cumprimento de regulamentos técnicos, estabelecidos pelo poder público e obrigatórios, quanto de normas técnicas, emitidas por organização não governamental.

Entre os produtos importados sujeitos à análise compulsória do Inmetro, cerca de 20% não cumprem alguma norma ou regulamento técnico. Entre os produtos que estão fora da fiscalização sistemática, porém, o índice de descumprimento é maior, de cerca de 60%, em média.

Do total importado pelo Brasil, segundo o estudo da Fiesp, R\$ 10,3 bilhões são manufaturados sujeitos à fiscalização do Inmetro ou das entidades credenciadas, seja em análises compulsórias ou não. Desse total, a Fiesp estima que

### Fora de conformidade

Segmentos selecionados sem análise compulsória

Setor	Quantidade de marcas analisadas	Importados sem conformidade (%)
Alimentos	138	34
Automotivo	15	33
Eletroeletrônico	110	85
Infantil	51	88
Produtos para saúde	20	65
Serviços	21	52
Uso doméstico	45	84
Uso pessoal	154	47

Fonte: Fiesp, com dados do Inmetro, sobre fiscalizações de 1995 a 2011

R\$ 4,4 bilhões são importados sem cumprimento integral de normas ou regulamentos técnicos aplicados aos produtos.

Caso esses produtos fossem fabricados no Brasil seguindo todas as exigências técnicas, haveria acréscimo de R\$ 15,3 bilhões na produção nacional, levando em conta efeitos diretos e indiretos, segundo o levantamento. Nos mesmos critérios, haveria também criação de 183 mil postos de trabalho. O acréscimo no Produto Interno Bruto (PIB), aponta a Fiesp, seria de R\$ 6,2 bilhões.

Segundo Roriz, a Fiesp defende a ampliação do rol de mercadorias sujeitas à fiscalização compulsória do Inmetro, além de fazer com que o produto importado seja submetido à análise de certificação antes do desembarço aduaneiro. Para ele, o nível de produtos importa-

dos fora de conformidade acompanhou a elevação da importação de manufaturados.

Outra medida sugerida é a definição e atualização dos padrões técnicos de conformidade exigidos, para que o importado siga características e processo de produção equivalentes ao da indústria doméstica. Roriz lembra que à medida que outros países aprimoram suas exigências para venda nos respectivos mercados, fornecedores internacionais acabam procurando locais em que as exigências são menores ou nos quais a fiscalização tem menos resultado, o que prejudica ainda mais a indústria doméstica. A importação de produtos fora de conformidade também traz para o mercado interno outros custos, relacionados a riscos à segurança, seja do usuário ou do ambiente.